

Confluências entre a decolonialidade e a cidadania comunicativa

Confluences between decoloniality and communicative citizenship

Reges Schwaab¹ⁱ

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8226-6838>

Micael dos Santos Olegário²ⁱⁱ

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-4531-8170>

Recebido em: 29/09/2024. Aprovado em: 16/12/2024.

Resumo

O presente artigo reúne elaborações que procuram pensar como a comunicação, na ótica da confluência de saberes, pode ser afetada pela decolonialidade, perspectiva essencial no contexto latino-americano. Imaginar tal horizonte teórico-metodológico e político parece salutar para que a construção do conhecimento nos campos da comunicação e do jornalismo sejam histórica e socialmente referenciados, em especial, em países reprimidos pela colonialidade do poder e do saber. Como resultado, apresenta-se aproximações entre essas linhas de debate e a perspectiva da cidadania comunicativa.

Palavras-chave: cidadania comunicativa; decolonialidade; mídia.

Abstract

This article brings together elaborations that seek to understand how communication, from the perspective of the confluence of knowledge, can be affected by decoloniality, an essential perspective in the Latin American context. Imagining such a theoretical, methodological, and political horizon seems crucial for the historically and socially referenced construction of knowledge in the communication and journalistic fields, especially in countries repressed by the coloniality of power and knowledge. As a result, the article presents approximations between these understandings and the notion of communicative citizenship.

Keywords: communicative citizenship; decoloniality; media

1 Introdução

Este artigo parte de uma pergunta/provocação acerca das aproximações possíveis entre a cidadania comunicativa e a decolonialidade com o objetivo de tensionar possibilidades e caminhos para pensar esses conceitos no âmbito das pesquisas em

¹ Universidade Federal de Santa Maria - RS/Brasil. E-mail: reges.ts@gmail.com.

² Universidade Federal de Santa Maria - RS/Brasil. E-mail: micaelolegario12@gmail.com



comunicação e mídias jornalísticas. A proposição aqui apresentada tem a intencionalidade de aprofundar reflexões em torno dos estudos decoloniais na comunicação latino-americana, tomados como proposta teórico-metodológica e política para pensar os modos de produção do conhecimento no campo da comunicação e das mídias jornalísticas nos países historicamente reprimidos e marginalizados pelo colonialismo e pela colonialidade do poder, do saber e dos modos de ser (Ballestrin, 2013; Mignolo, 2017; Quijano, 1998). Para isso, a releitura dos autores e das autoras que ajudam a constituir esses estudos compõem o primeiro tópico deste artigo.

Em um segundo momento, apresenta-se uma breve revisão do conceito de cidadania comunicativa, partindo da definição proposta por María Cristina Mata (2006) e passando por ressignificações feitas por outros autores e autoras do campo da comunicação. Nesse mesmo tópico, desenvolve-se o primeiro esforço de aproximação entre os dois conceitos: cidadania comunicativa e decolonialidade – o que se executou com maior ênfase por meio do diálogo com outras duas noções-conceito: a *confluência*, segundo definição de Antônio Bispo dos Santos (2023) e a *transmetodologia*, conforme a abordagem de Alberto Efendy Maldonado (2011, 2015). Esse esforço reflexivo justifica-se pelo fato de as pesquisas em torno desses conceitos ainda estarem em fase de desenvolvimento na comunicação latino-americana, especialmente no contexto brasileiro, no qual a maioria das investigações permanece se relacionando com as tradições estadunidenses e europeias de pensar os campos comunicativo e jornalístico.

Mesmo que de modo breve, interessou a este estudo pôr em evidência alguns movimentos de mídias jornalísticas independentes em direção a uma postura decolonial, especialmente na interface com a cidadania comunicativa. Para isso, foram observados movimentos de três mídias brasileiras, *Nonada Jornalismo*, *Sul21* e *Mangue Jornalismo*. Sua presença neste texto advém da intencionalidade de tomá-los em suas potencialidades de fazer trabalhar tensionamentos nos modos de dizer/fazer jornalismo, imbricados nas dinâmicas culturais e sociopolíticas dos territórios e dos contextos que os impulsionam. Os efeitos de sentido que podem ser interpretados em suas práticas oferecem pontos de contato com o ferramental conceitual aqui trabalhado.

2 Estudos decoloniais e Comunicação

A perspectiva decolonial nas pesquisas em comunicação aparece como resposta aos limites e às amarras do pensamento ocidental/moderno e da colonialidade. Em suas



pesquisas, Erick Rolando Torrico Villanueva (2022) aponta o surgimento de um lócus de enunciação para repensar os estudos de base estadunidense e europeia, com ênfase positivista e tecnocrática, incorporado na comunicação latino-americana e que se revela em diferentes dimensões institucionais, sociais, econômicas e culturais, ou seja, no modo de construção de representações e discursos na mídia (Torrico Villanueva, 2022).

Segundo o sociólogo peruano Aníbal Quijano (1998), a proibição histórica do uso das línguas maternas pelos povos originários e povos africanos, por exemplo, revela uma das dimensões da colonialidade do poder, termo utilizado pelo autor para descrever a racionalidade que divide, hierarquiza e cria desigualdades entre colonizados e colonizadores. Desse modo, percebe-se como a linguagem, em consequência a comunicação, manifesta-se na repressão cultural e nos processos de dominação executados pelos colonizadores na América Latina (Quijano, 1998).

As formas de dominação e de subalternização do sul global, a partir da colonialidade, manifestam-se nas dimensões do poder, do saber e do ser (Dussel, 1998; Mignolo, 2017; Quijano, 1998). Como resposta a tais dimensões históricas, a decolonialidade é chave que demarca posição teórica e prática para pensar e agir em prol de futuros distintos do sistema mundo moderno/colonial. Não se trata, no entanto, de construir dicotomias ou de rejeitar *a priori* tudo que venha da Europa e dos Estados Unidos, como se o que é teorizado no sul global pudesse ser moral ou eticamente superior. Essa seria, inclusive, uma postura característica da universalidade do sistema mundo erigido pela colonialidade. Em outra via, de acordo com a ética da libertação proposta por Enrique Dussel (1998), um projeto que pretenda romper com as lógicas hegemônicas excludentes, especialmente estadunidenses e europeias, precisa, naturalmente, partir das vítimas e dos excluídos nas dinâmicas de dizer o mundo.

Nesse sentido, não bastaria apenas construir uma nova racionalidade, com pretensões de explicar tudo de modo unívoco ou universal. De forma disruptiva, é preciso instaurar uma ética e uma racionalidade orientadas pela diversidade das periferias globais. Conforme o autor, trata-se de uma matriz afetiva a ser incorporada “[...] no processo da produção, reprodução e desenvolvimento da vida concreta, porque é vida comunitária de um sujeito ético, humano” (Dussel, 1998, p. 146). Nessa vida comunitária, cabe salientar, estão incluídos todos os entes vivos - humanos e não humanos – que devem ter seus direitos assegurados e defendidos.

Nessa matriz ético-política, somente a partir do compromisso com a manutenção da vida, chamado por Dussel de “dever-ser” - enquanto razão prático-material - é possível teorizar e pôr em prática formas de superação da indiferença com o sofrimento do outro, causa basilar de diversas desigualdades, racismos e da crise ecológica em curso no planeta, responsável por encaminhar a humanidade para o que o autor chama de um suicídio coletivo (Dussel, 1998).

Antes de seguir, cumpre sublinhar a distinção entre descolonização, processo de independência administrativa dos países da América Latina e África, e decolonialidade – perspectiva epistemológica, intelectual e política que procura romper com as diferentes dimensões da colonialidade do ser, saber e viver (Mignolo, 2017; Restrepo, 2014). Mais que propor um novo paradigma, a inflexão decolonial, ou giro decolonial, busca formas outras de pensar e de produzir conhecimento no contexto acadêmico.

Na comunicação, a decolonialidade abre as portas para mudar o lugar das perguntas, a exemplo do que é proposto por Jesús Martín-Barbero (2006) a partir dos estudos culturais de recepção. Significa também colocar diferentes cosmovisões no centro das preocupações dos estudos da comunicação, a exemplo do que Verônica Maria Alves Lima (2023) faz ao propor a conexão entre os estudos decoloniais e o conceito de encruzilhada, esse originado nas tradições de *Exu*, como chave para um movimento transgressor, crítico e intersubjetivo. Esses dois movimentos apontam para a transdisciplinaridade, característica da atitude decolonial, descrita como uma série de tentativas para se:

[...] apropriar criticamente do uso de múltiplas disciplinas e métodos, sobretudo nas ciências humanas e nas ciências sociais, e a construir novas categorias metodológicas, formas discursivas, práticas pedagógicas e políticas e espaços institucionais que procurem expandir os espaços de emancipação, liberação e decolonização do poder, do ser e do saber (Maldonado-Torres, 2016, p. 78).

De acordo com Nelson Maldonado-Torres (2016), o fato de pesquisas decoloniais não possuírem métodos rígidos e recusarem a divisão entre razão e emoção faz com que se levantem questionamentos sobre essa perspectiva de pensar. No entanto, como lembra o autor, essa divisão favorece o sistema moderno/colonial e, conseqüentemente, as desigualdades, o racismo, o machismo e os demais preconceitos que esse modelo erigiu e procura sustentar (Maldonado-Torres, 2016). Afinal de contas, a quem interessa a execução de pesquisas que olhem para os conteúdos, discursos e meios como principais responsáveis pelos processos e relações na comunicação? Nas palavras de Lima (2023),

para que a perspectiva decolonial frutifique, e possa ter uma dimensão prática, é necessário construir uma postura epistêmica para as pesquisas e pensamento na comunicação. Em outras palavras:

Fazer do trabalho comunicacional/intelectual uma forma de compromisso com a vida: a potencialização da vida deve ser a base da posição epistêmica da(o) comunicador(a)/pesquisador(a)/cidadã(o), o que inclui relações interpessoais e até a escolha de palavras e gestos (Lima, 2023, p. 134).

Podemos complementar essa abordagem com o que demonstra Eloína Castro Lara (2023). Segundo a pensadora, a colonialidade afeta os modos de significação e representação na sociedade. Em sua reflexão, a pesquisadora propõe o termo colonialidade comunicacional para descrever a forma como a comunicação, a partir de processos de produção simbólica que legitimam exclusões, sentidos e retóricas dominantes e excludentes, interfere na produção de saberes e conhecimentos, atuando como um vetor da colonialidade do saber. Em diálogo com Torrico Villanueva (2018), Castro Lara (2023, p. 109, tradução própria), reflete sobre o ato de violência epistêmica “[...] que arrebatava a potência comunicacional do ator e impossibilita seu trabalho como agente de conhecimento capaz de construir saberes [...]”,³ o que condena os sujeitos à incomunicação e inviabiliza a construção de relações humanas baseadas na alteridade.

Ao fazer essas reflexões adentrarem no circuito do jornalismo, a atitude decolonial permite questionar lógicas e fazeres que se cristalizaram ao longo dos anos e demarcam um modo "validado" de construir narrativas, por exemplo, na escolha das vozes, das histórias e personagens, das imagens e, em última instância, das palavras e dos dizeres que podem vir à tona:

A perspectiva decolonial permite não apenas um olhar mais profundo sobre o que representa o jornalismo e sua prática na sociedade contemporânea, mas também instiga a observação das práticas que se diferenciam ao apresentar outras formas possíveis de abordagens, a partir de olhares mais plurais, que contemplem aspectos e grupos sociais historicamente marginalizados pelo paradigma moderno-capitalista (Lima, 2022, p.78-79).

Nos interesses de estudo deste percurso aqui relatado, a decolonialidade também oferece contribuições relevantes para pensar a cobertura dos temas socioambientais, como no caso do jornalismo ambiental. Em suas investigações sobre o tema, Eloisa Beling Loose e Ilza Maria Tourinho Girardi (2021) discutem a possibilidade de relação entre os

³ “[...] que arrebatava la potencia comunicacional del actor y lo imposibilita como actor de conocimiento capaz de construir saberes”.

debates em torno da postura do jornalismo diante do ambiente e a decolonialidade, uma vez que o “[...] pensamento colonial reduz a natureza a recurso natural, gerando uma ruptura entre as relações sociedade-natureza existentes” (Loose; Girardi, 2021, p. 326). Sendo assim, conforme as autoras, torna-se essencial uma consciência decolonial para o exercício efetivo do jornalismo ambiental.

É possível ir além e incluir, além de uma preocupação com a vida e a natureza – características do jornalismo ambiental – um olhar para a cultura, para a cidadania, para a justiça e para o bem-comum, entendendo esses como contextos como indissociáveis para a narrativa jornalística. É essa a proposta de Anna Júlia Carlos da Silva e Reges Schwaab (2023) em sua descrição do jornalismo socioambiental:

Ao propormos a aproximação ao jornalismo a partir do horizonte socioambiental, em articulação aos princípios das correntes crítico-utópica e decolonial, observamos um promissor espaço de propulsão de uma abordagem outra, especialmente condizente com o que está presente desde as raízes e em todo processo histórico que caracteriza o território latino-americano. O gesto de dizer a América Latina em sua complexidade precisa ser, inerentemente, um gesto decolonial (Schwaab; Da Silva, 2023, p. 121).

Abordagens que podemos chamar de transdisciplinares, portanto, podem permitir superar o que Malcom Ferdinand denomina de *fratura colonial*, o afastamento promovido pelo sistema mundo moderno/colonial que coloca debates sociais e ambientais em campos separados (Ferdinand, 2022) e que se manifestam também na comunicação jornalística.

Feitas tais considerações atinentes à decolonialidade, à comunicação e ao jornalismo, uma das provocações que se evidenciam é: quais os modos de introduzir essas questões no cotidiano das pessoas e das mídias? Como inserir a decolonialidade nos espaços de disputa de poder e de dizer?

2 Superar obstáculos e exclusões

Os estudos que relacionam a comunicação com a cidadania ganham corpo a partir dos anos de 1990, como uma sequência dos estudos que problematizam as dimensões da cultura e da midiaticização na sociedade. Por isso que as reflexões de Jesús Martín-Barbero (2006) sobre as mediações e as formas de resistência contra as mídias hegemônicas constituem-se na base teórica e metodológica dos estudos de cidadania comunicativa, sobretudo, no contexto da América Latina.



Em um primeiro momento, faz-se necessário afastar a ideia de cidadania da noção liberal e ancorada no aspecto dos direitos políticos. Para isso, as proposições de Adela Cortina (2005) oferecem importantes contribuições sobre a cidadania a partir do entendimento dessa como um conceito mediador entre concepções de justiça e aspectos de pertencimento e identidade, ou seja, para além da noção de direitos e deveres políticos. O que passa a interessar, então, é o potencial da cidadania como a participação dos sujeitos de forma ativa na sociedade, apontando demandas e necessidades.

Se a cidadania depende de uma ação ativa dos sujeitos no espaço público e se a comunicação e midiaticização possuem papel central nesse mesmo espaço, é essencial entender até que ponto a comunicação pode ser também um conceito mediador da cidadania. Esse é o foco das reflexões de María Cristina Mata (2006), que define cidadania comunicativa como a capacidade de participar de forma ativa na sociedade midiaticizada. Segundo a autora, a cidadania comunicativa pode ter diferentes categorias ou fases: formal, reconhecida, exercida e ideal, sendo essa última caracterizada pela utopia da participação efetiva dos sujeitos nos âmbitos de disputa de poder e na esfera pública (Mata, 2006).

A partir de seu contexto de lutas culturais e políticas na Argentina, Mata (2006) problematiza o modo como os cidadãos – sobretudo, as minorias sociais, os mais excluídos e periféricos –, podem fazer-se visíveis diante dos meios hegemônicos de comunicação e de produção cultural e simbólica. Portanto, reconhecer a condição das pessoas na sociedade midiaticizada é essencial para pensar na cidadania comunicativa, uma vez que essa pressupõe a capacidade de ser sujeito de direito, impõe demandas no terreno da comunicação pública e requer condições para o exercício desse direito (Mata, 2006). Ainda de acordo com a autora, a falta de aprofundamento e contextualização, no caso da cobertura jornalística, pode levar à invisibilidade de determinados sujeitos e identidades, por exemplo, os mais pobres e periféricos só aparecerem na televisão por conta do acontecimento de um desastre ou tragédia.

Para pensar os modos de produção cultural e simbólica na América Latina, Alberto Efendy Maldonado (2015) oferece uma postura transmetodológica. O autor defende a convergência entre métodos para superar obstáculos e exclusões constituintes da sociedade atual, especialmente no âmbito científico e midiático. A diversidade dos processos socioculturais e os contextos históricos variados dos sujeitos são compreendidos como alternativas para construir e fomentar a cidadania comunicativa e a



transformação social na direção de “[...] uma força de produção política subversora que potencialize e configure culturas de fraternidade, poesia, fruição estética, afeto, trabalho inventivo, contradição produtiva e multiculturalidade democrática” (Maldonado, 2015, p. 723). A reflexão criativa é tomada como um contraponto diante das contradições que perpetuam exclusões no contexto midiático, como das pessoas com deficiência, muitas vezes, impedidas de acessar conteúdos e informações por barreiras comunicacionais.

Em pesquisa de doutorado, Thays Helena Silva Teixeira (2019) oferece uma revisão ampla dos conceitos de cidadania e de cidadania comunicativa. Segundo a autora, a complexidade da cidadania reside nas multiplicidades dos sujeitos, bem como das dimensões históricas e culturais, além de outras particularidades que interferem nas práticas cotidianas e na formação das identidades dos sujeitos e comunidades.

Ao fazer uma análise dos processos comunicacionais de resistência do coletivo “Lagoas do Norte, pra quem?”, Teixeira (2019) propõe uma racionalidade teórico-metodológica que utilize a cidadania para pensar processos comunicativos e midiáticos. De acordo com a autora, a cidadania comunicativa deve ser atrelada à práxis de resistência, emancipação e construção de novas discursividades.

A cidadania comunicativa é esse movimento comunicacional que reflete as condições dos sujeitos diante dos sistemas midiáticos e que o aponta como movimento de resistência diante desses modelos tradicionais de fazer e consumir comunicação e informação (Teixeira, 2019, p. 45).

Mas, para além da investigação empírica, seus escritos articulam o conceito de cidadania comunicativa para descrever a existência de uma práxis na forma de agir dos sujeitos com os quais divide sua pesquisa. Para tanto, a cidadania comunicativa é entendida como “[...] uma gramática de pensamento que considera estratégico um movimento teórico desestabilizador e reconstrutor das problemáticas em ciências da comunicação” (Teixeira, 2019, p. 37), uma prática que une consciência e ação na direção de efetivar a comunicação como um direito real, concreto, na vida das pessoas.

Em uma revisão sobre a cidadania comunicativa e as inter-relações estabelecidas entre os sujeitos em contexto midiático, Felipe Collar Berni (2022) descreve a cidadania como um campo de disputas, tendo a comunicação como uma dimensão constitutiva, uma vez que é mediante os processos comunicativos que os sujeitos estabelecem relações interculturais e vínculos sociais. Para o autor, a comunicação é essencial para a democratização da cidadania e para uma redemocratização das mídias, mormente em um contexto latino-americano. Assim a cidadania comunicativa não é algo dado, mas consiste

em um direito que precisa ser conquistado “[...] a partir das experiências e saberes cotidianos” (Berni, 2022, p. 19), o que vai ao encontro da perspectiva decolonial, quando essa pressupõe uma resistência às formas de dominação simbólica, cultural e comunicacional da vida, uma resistência à colonialidade que afeta também as mídias jornalísticas.

3 Cidadania comunicativa e decolonialidade

Na obra “A terra dá, a terra quer”, o pensador quilombola Antônio Bispo dos Santos (2023), mais conhecido como Nêgo Bispo, apresenta uma cosmovisão que se contrapõe ao humanismo – que enxerga o planeta como uma grande fonte de recursos em prol da ideia de “progresso” civilizatório. Entre as noções que o autor faz trabalhar está o termo *confluência*, descrito por ele como uma forma de alteridade epistemológica, uma “palavra germinante” com a capacidade de conectar saberes, sentires e viveres de modo “biointerativo” (Bispo dos Santos, 2023). Ou, expresso de modo mais sensível e metafórico:

Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio. Ao contrário: ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluencia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente (Bispo dos Santos, 2023, p.15).

A *confluência* pode ser acolhida como a articulação entre diferentes teorias e metodologias. Além de uma postura ética e epistemológica, que interliga formas de pensar e de construir conhecimento, a confluência permite integrar saberes e vivências como dimensões tensionadoras do contemporâneo, capazes de desconstruir a colonialidade. Assim como a postura transmetodológica descrita por Maldonado (2015), a *confluência* também se coloca como propulsora do diálogo entre diferentes perspectivas. No caso da reflexão aqui apresentada, entre a cidadania comunicativa e a decolonialidade. Mais do que somente uma tentativa abstrata de aproximar duas correntes de pensamento que, desde sua gênese, já possuem tradições em comum, como o questionamento da racionalidade moderna e tecnocultural, interessa compreender de que maneira esses conceitos podem ser articulados na construção de um modo de pesquisar, investigar e olhar para o exercício da comunicação e do jornalismo no contexto contemporâneo.



Assim como as pesquisas sobre cidadania comunicativa, os trabalhos a respeito da decolonialidade possuem também bases nos estudos culturais, como descrevem Axel Rojas e Eduardo Restrepo (2010). A diferença está, sobretudo, no lugar de partida das reflexões. O pensamento decolonial busca denunciar as lógicas do sistema mundo/colonial e da colonialidade do ser, do saber e do poder que incidem sobre a América Latina (Mignolo, 2017), ou seja, em um âmbito mais reflexivo e de produção de sentidos/sentimentos. As reflexões sobre cidadania comunicativa, por sua vez, lançam olhares para as disputas de poder e para a dominação política, institucional e simbólica na esfera midiática.

Em relação às suas bases, é possível perceber que a defesa feita por Martín-Barbero (2006), da resistência a partir da cultura como forma de quebrar a cultura hegemônica, dialoga com a ideia de produção cultural subversiva de Aníbal Quijano (1998), entendida como a forma que os povos colonizados encontraram de evocar sua própria cultura e, conseqüentemente, resistir à dominação imposta pelo processo de colonização e pela colonialidade. A partir de um ponto de vista político, Quijano (1998) analisa como o conflito entre repressão e resistência provoca e afeta os modos de produção de conhecimento e a subjetividade, o que reverbera nos processos comunicacionais e midiáticos.

Em tal diálogo, o pensamento de Malcolm Ferdinand (2022) convida a compreender as relações entre colonialidade e cidadania. Segundo o autor, desafiar a ordem colonial passa pela construção de subjetividades e por ações políticas concretas, desde a mudança de nomes de ruas até a forma como histórias são contadas. Em seu trabalho, Ferdinand (2022) analisa o modo como a colonialidade imposta ao longo de séculos de dominação, não somente por meio de uma atitude imperialista de exploração econômica, mas de uma racionalidade, uma forma de habitar o mundo, separa os debates sobre questões ambientais, sociais, raciais, de gênero e a inclusão. Essa “fratura colonial” gera violência e exclusões, colocando grupos de pessoas em uma posição “fora-do-mundo”, sem condições de emancipação, descrita como a falta de direitos humanos e de participação nos âmbitos político, histórico e cultural (Ferdinand, 2022), ou seja, a falta de cidadania e possibilidade de participação ativa nos espaços de poder.

Considerando o percurso oferecido, é possível apreender que o lugar da comunicação e do jornalismo pode servir para manutenção hegemônica de um “habitar colonial”, a exemplo de notícias que descrevem ações de movimentos de luta por terra

como “invasões”, narram histórias de pessoas com deficiência pelo viés da superação/inspiração ou quando mulheres e pretos aparecem apenas em matérias sobre tragédias e crimes, mas nunca como especialistas em alguma área – para citar apenas alguns exemplos mais corriqueiros. Por sua vez, a comunicação e o jornalismo possuem igualmente potência para promover novas discursividades, a diversidade e a cidadania, entendida para além dos direitos e deveres. Sendo as mídias um espaço privilegiado para propor narrativas e cotejar representações de mundo, elas podem permitir a participação efetiva dos sujeitos nos âmbitos de disputa de poder e na esfera midiática, no modelo de metodologia de resistência baseada na cidadania comunicativa (Teixeira, 2019), ao mesmo tempo que sirva como ponte para um “navio-mundo” de inclusão e justiça (Ferdinand, 2022). Como exemplos podem ser citadas atitudes como diversificar fontes especializadas para ouvir mulheres e pessoas pretas, tornar a acessibilidade comunicativa um elemento das produções jornalísticas e descrever as ações de movimentos sociais e povos indígenas como lutas de resistência contra a colonialidade.

4 Descolonizar as mídias

Com o objetivo de observar potencialidades do olhar para a decolonialidade e para a cidadania comunicativa permite, bem como imaginar modos de construir outras formas de comunicar a partir de uma episteme decolonial para a comunicação (Lima, 2022, Torrico Villanueva, 2018), trazemos, como ilustração dessas questões, os exemplos de três mídias jornalísticas independentes brasileiras, interpretadas como movimentos de abertura para a decolonialidade e para a cidadania.⁴

O primeiro dos movimentos a ser observado se dá nas proposições do *Nonada Jornalismo*,⁵ mídia criada em 2010, no Rio Grande do Sul, com foco na cobertura da cultura brasileira para além das manifestações artísticas. Entre os eixos/editorias que guiam as produções do *Nonada* estão: Políticas Culturais; Processos Artísticos; Culturas Populares; Direitos Humanos e Culturais; Memória e Patrimônio; Comunidades Tradicionais e, a mais recente, Clima e Cultura.

⁴ Os apontamentos não são conclusivos e tampouco sintetizam achados finais do percurso. São parte do processo de construção de um objeto e de resultados parciais de investigação.

⁵ Nonata. Disponível em: <https://www.nonada.com.br>. Acesso em: 2 set. 2024.



Apresentada oficialmente em janeiro de 2024, a editoria *Clima e Cultura* considera o contexto das mudanças climáticas em curso no planeta e os impactos em diferentes âmbitos culturais, desde a destruição de prédios históricos até a degradação das condições de trabalho de artistas de rua. Paralelamente, houve o lançamento de uma revista temática sobre *Cultura e Justiça Climática*. Esses movimentos demonstram um esforço no sentido de romper com a fratura colonial que também afeta a cobertura jornalística quanto às mudanças climáticas, mostrando as formas como o agravamento da crise climática, ligada à ação humana e ao habitar colonial, incidem sobre uma dimensão ordinária do cotidiano: a arte e a cultura, tal como reflete Ferdinand (2022).

O movimento do *Nonada* também vai em busca de romper com dicotomias e abrir espaço para diferentes vozes e atores sociais, nesse caso, artistas e trabalhadores/as da cultura, na esfera midiática, a exemplo das operações político-intelectuais propostas por Lima (2023) ao descrever a encruzilhada e a construção de uma comunicação decolonizante, o que demanda “[...] recontar as histórias, em diferentes formas, tecer novos enredos a partir de outros valores, repotencializar os saberes e epistemes historicamente silenciados” (Lima, 2023, p. 132). Particularmente nesta proposta editorial, percebe-se a intencionalidade de construir dizeres outros na cobertura das mudanças climáticas e de questões culturais.

Outra ação que vai ao encontro de uma abertura das mídias para a participação ativa dos sujeitos pode ser observada pela criação do *Conselho de Interlocutores Externos* pela *Mangue Jornalismo*,⁶ mídia independente de Aracaju (Sergipe). A ação em questão busca estimular o acompanhamento crítico da própria mídia. Para isso, um grupo de diferentes pessoas da sociedade civil fará reuniões semestrais para avaliar as ações da *Mangue*.

Conforme aponta Teixeira (2019), para que as “cidadanias” (no plural) das pessoas e grupos sociais possam tornar-se de fato uma práxis é necessário criar “mecanismos que burlam os escritos da comunicação massiva, dos conglomerados e fazem essa comunicação periférica da práxis, do mundo concreto, do direito a ser visto” (Teixeira, 2019, p.42). Perante tal contexto, dar condições para que os leitores avaliem criticamente as produções amplia as tradicionais formas de participação e influência sobre as redações como os espaços para comentários e os artigos feitos por *ombudsmans*.

⁶ Mangue Jornalismo. Disponível em: <https://manguejornalismo.org>. Acesso em: 2 set. 2024.

O terceiro movimento para o qual se pode lançar um olhar decolonial, no sentido de promover a cidadania comunicativa e vice-versa, foi a criação da *Associação Ecoa* por jornalistas do portal *Sul21*,⁷ mídia independente também do Rio Grande do Sul. Além da defesa da liberdade de imprensa, a entidade objetiva a promoção de ações que integrem aspectos como meio ambiente, cultura, cidadania, direitos humanos, diversidade, direito à cidade e alimentação adequada. Essa postura relaciona-se com a busca pela construção de um outro jornalismo na América Latina, o que implica aos jornalistas assumirem suas experiências durante os atos de noticiar e reportar, afastando a ideia de neutralidade das mídias e construindo uma “[...] base da ação e da reflexividade do sujeito jornalista, eticamente implicado, portanto, na coragem de assumir responsabilidades” (Schwaab; Da Silva, 2023, p. 123). Nessa direção, ao criar uma organização para participar de modo ativo da sociedade civil, os jornalistas do *Sul21* assumem uma postura de defesa do exercício de sua cidadania, o que pode ser interpretado como uma tentativa para redemocratizar e descolonizar as mídias (Berni, 2022). Nesse sentido, é interessante notar que o *Sul21*, criado em 2010, a partir de 2020, passou a ser gerido por um coletivo dos próprios profissionais da redação, o que demonstra a busca pelo exercício da cidadania comunicativa efetiva pelos jornalistas, com influência sobre os dizeres e os rumos institucionais das mídias.

5 Considerações finais

A partir da necessidade apontada em ambas as correntes de revolucionar as formas de pesquisar e de praticar a comunicação, a confluência entre os conceitos de cidadania comunicativa e de decolonialidade pode permitir, desde uma posição teórico-metodológica, uma chave de pensamento para cotejar a comunicação, com especial atenção às exclusões e desigualdades constituintes da vida na América Latina. Um exercício ao mesmo tempo transdisciplinar (Maldonado-Torres, 2016) e transmetodológico (Maldonado, 2011, 2015), pertinente para refletir sobre o atual contexto do fazer comunicativo e jornalístico, permeado pela crise climática e pela emergência de distintas questões socioambientais de grande urgência. Junto disso, a postura/atitude decolonial, pautada pela cidadania e um “dever ser” de defesa da vida

⁷ Sul21. Disponível em: <https://sul21.com.br>. Acesso em: 2 set. 2024.



(Dussel, 1998), pode indicar alternativas e brechas de resistência contra as lógicas hegemônicas, para mudar o lugar das perguntas comunicacionais (Martín-Barbero, 2006) e almejar a emancipação dos sujeitos, ancoradas em uma leitura crítica do mundo, considerando, sempre, o contexto marcado pela colonialidade e os limites/condicionantes que ela impõe ao campo comunicacional (Torrico Villanueva, 2018).

Na esteira de tais apontamentos, este texto partiu, em um ensaio tentativo, de uma provocação acerca de como a cidadania comunicativa pode ressignificar a comunicação e o fazer jornalístico, em diálogo com uma perspectiva e uma práxis decolonial. Com o objetivo de responder a essa proposição, no primeiro tópico, foram apresentadas algumas das contribuições dos estudos decoloniais para a comunicação e o jornalismo na América Latina e no Brasil. Na sequência, trabalhou-se uma breve revisão bibliográfica, cujo objetivo principal foi entender algumas bases e os potenciais dos conceitos de cidadania comunicativa e as inter-relações passíveis de serem consideradas em uma aliança com a perspectiva decolonial, em um exercício interpretativo de aproximação a partir das noções de *confluência e transmetodologia*.

A apresentação e a breve descrição, apontando ações e alguns movimentos de mídias jornalísticas em direção à decolonialidade e à cidadania comunicativa, realizadas a partir dos exemplos do *Nonada Jornalismo*, *Mangue Jornalismo* e *Associação Ecoa*, permitiram cogitar chances de existência de espaços que pensem a relação entre sujeitos e suas experiências de vida à luz de conceitos e de modos *outros* de compreender as práxis comunicativa e jornalística.

Resta saber até que ponto esses movimentos de mídias jornalísticas independentes, tanto editoriais e atrelados ao fazer jornalístico, como no caso do *Nonada Jornalismo* quanto ligados à avaliação das produções, exemplo da *Mangue Jornalismo* e de busca por desenvolver ações civis e políticas, segundo a proposta da *Associação Ecoa*, irão prosperar e se desenvolver, inclusive para que possam ser feitas análises aprofundadas sobre tais ações e sua representatividade em termos de descolonização das mídias e promoção da cidadania comunicativa no contexto brasileiro.

Um olhar para as desigualdades advindas do sistema mundo moderno/colonial (Mignolo, 2017) e para a fratura colonial entre questões ambientais e sociais (Ferdinand, 2022) demanda a busca por novos modos de pesquisar, de comunicar e de fazer jornalismo. Os desafios enfrentados pelo avanço do negacionismo, tecnicismo e as crises de credibilidade e audiência que afetam as mídias jornalísticas, também, indicam a

necessidade de movimentos que transformem e ressignifiquem os modelos de pensar e fazer jornalismo. A tudo isso, soma-se a crise climática que afeta o planeta, o que destaca a necessidade de mais pesquisas e o aprofundamento de investigações que coloquem em evidência a “fratura colonial” e os modos de resistência decolonial, plural e cidadã diante desse contexto.⁸

Referências

- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], n. 11, p. 89–117, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2069>. Acesso em: 13 maio 2024.
- BERNI, Felipe Collar. Cidadania comunicativa e o redimensionamento do sujeito em inter-relações com os meios: perspectivas e problematizações. **Revista Comunicação, Cultura e Sociedade**, [S. l.], v. 8, n. 2, 2022. Disponível em: <https://periodicos2.unemat.br/index.php/ccs/article/view/10614>. Acesso em: 18 maio 2024.
- BISPO DOS SANTOS, A. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.
- CASTRO LARA, Eloína. La matriz epistémica decolonial en Comunicación: La relación comunicación-conocimiento. In: CASTRO LARA, Eloína; TORRICO VILLANUEVA, Erick Rolando; CEBRELLI, Alejandra. **Pensares y haceres para una comunicación decolonial**. [S. l.]: Ciespal, 2023. p. 91–116. Disponível em: <https://ediciones.ciespal.org/index.php/ediciones/catalog/book/50>. Acesso em: 22 abr. 2024.
- CORTINA, Adela. Para uma teoria da cidadania. Em: **Cidadãos do Mundo: Para uma teoria da cidadania**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis - RJ: Vozes, 1998.
- FERDINAND, Malcom. Uma ecologia decolonial: sair do porão. In: **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu Editora, 2022. p. 196-210.
- LIMA, Verônica Maria Alves. Contribuições dos estudos decoloniais para pesquisa e prática do jornalismo. In: **Contribuições dos estudos decoloniais para pesquisa e prática do jornalismo**. Amapá: UNIFAP, 2022. p. 70–90. Disponível em: <https://observatoriodh.com.br/?p=4495>. Acesso em: 13 maio 2024.

⁸ Este trabalho insere-se nas trilhas reflexivas do *milpa - laboratório de jornalismo* (CNPq/UFSM) e de pesquisa de mestrado, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação (POSCOM/UFSM).



LIMA, Verônica Maria Alves. Abrindo caminhos e tempos: encruzilhada como princípio para uma comunicação decolonizante. *In*: CASTRO LARA, Eloína; TORRICO VILLANUEVA, Erick Rolando; CEBRELLI, Alejandra (eds.). **Pensares y haceres para una comunicación decolonial**. [s.l.] : Ciespal, 2023. DOI: 10.16921/ciespal.50. Disponível em: <https://ediciones.ciespal.org/index.php/ediciones/catalog/book/50>. Acesso em: 22 abr. 2024.

LOOSE, Eloisa Beling; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. Interfaces entre o debate colonial e os estudos de jornalismo ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [S. l.], v. 58, 2021. DOI: 10.5380/dma.v58i0.75877. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/75877>. Acesso em: 13 maio 2024.

MALDONADO, Alberto Efendy. Pesquisas em comunicação: trilhas históricas, contextualização, pesquisa empírica e pesquisa teórica. *In*: MALDONADO, Efendy *et al.*. **Metodologias de pesquisa em comunicação**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.

MALDONADO, Alberto Efendy. Transmetodología, cidadania comunicativa e transformação tecnocultural. **Intexto**, [S. l.], v. 0, n. 34, p. 713, 2015. DOI: 10.19132/1807-8583201534.713-727. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/58439>. Acesso em: 1 jul. 2024.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 31, p. 75–97, 2016. DOI: 10.1590/S0102-69922016000100005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/CxNvQSnhxqSTf4GkQvzck9G/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 1 jul. 2024.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

MATA, María Cristina. Comunicación y ciudadanía. Problemas teórico-políticos de su articulación. **Fronteiras - estudos midiáticos**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 5–15, 2006. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/6113>. Acesso em: 2 maio 2024.

MIGNOLO, Walter D. COLONIALIDADE: O LADO MAIS ESCURO DA MODERNIDADE. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 32, n. 94, p. 01, 2017. DOI: 10.17666/329402/2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294022017.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. **Ecuador Debate. Descentralización : entre lo global y lo local**, [S. l.], n. Quito-CAAP, p. 227–238, 1998. Disponível em: <http://repositorio.flacsoandes.edu.ec/handle/10469/6042>. Acesso em: 13 abr. 2024.

RESTREPO, Eduardo. Estudios culturales en América Latina. **Revista Estudios Culturais**, [S. l.], n. 1, p. 1–12, 2014. DOI: 10.11606/issn.2446-7693i1p1-12.



Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistaec/article/view/98369>. Acesso em: 21 abr. 2024.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. **Inflexión decolonial**: fuentes, conceptos y cuestionamientos. Popayán, Colômbia: Instituto de Estudios Sociales y Culturales Pensar Maestría en Estudios Culturales, Universidad Javeriana Editorial Universidad del Cauca, 2010.

SCHWAAB, Reges; DA SILVA, Anna Júlia Carlos. Perspectivas socioambientais e decoloniais como horizontes para um jornalismo outro no contexto latino-americano. **Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, [S. l.], v. 10, n. 1, 2023. DOI: 10.5212/RevistaPautaGera.v.10.21885. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/21885>. Acesso em: 13 nov. 2023.

TEIXEIRA, Thays Helena Silva. **Metodologia da resistência**: perspectivas para uma racionalidade da práxis em cidadania comunicativa. 2019. Tese (Doutorado em Estudos da Mídia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/27083>. Acesso em: 18 jun. 2024.

TORRICO VILLANUEVA, Erick Rolando. Pilares teóricos latinoamericanos para la decolonización comunicacional. **Otros Logos: Revista de Estudios Críticos**, [S. l.], n. Universidad Nacional del Comahue, p. 62–84, 2018. Disponível em: https://www.ceapedi.com.ar/otroslogos/Revistas/0009/6_2018_Torrico_7.pdf. Acesso em: 30 abr. 2024.

TORRICO VILLANUEVA, Erick Rolando. **Comunicación (re)humanizadora**: Ruta decolonial. Quito, Ecuador: Ediciones Ciespal, 2022. Disponível em: <https://ediciones.ciespal.org/index.php/ediciones/catalog/download/40/42/301-2?inline=1>. Acesso em: 30 abr. 2024.

ⁱ Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (RS) e do Departamento de Ciências da Comunicação. Doutor em Comunicação e Informação. Coordena o *milpa - laboratório de jornalismo* (CNPq/UFSM).

ⁱⁱ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Jornalista formado pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Membro dos grupos de pesquisa *milpa - laboratório de jornalismo* (UFSM/CNPq) e Diálogos do Pampa (Unipampa/CNPq).

